

A educação ambiental sob o contexto da ética e da formação do sujeito ecológico

Andrei Severino Ferreira da Silva

da Universidade Estadual de Goiás – Anápolis (GO) - Brasil
andrei_severino@hotmail.com

Mirza Seabra Toschi

da Universidade Estadual de Goiás – Anápolis(GO) - Brasil
mirzas@brturbo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como discussão central a Educação Ambiental (EA). É um texto analítico e crítico fundamentado em torno das obras de Carvalho (2012), Layrargues (2012) e Reigota (2012). Tem como objetivo geral levar ao conhecimento de todos a relevância da EA para a formação da cidadania ecológica acerca da necessidade atual de uma intervenção consciente e mudanças de posturas, atitudes e valores em relação ao meio ambiente; levantando, ainda, discussão a respeito da EA como instrumento importante e necessário para a formação ética e para a formação do sujeito ecológico. Os recentes acontecimentos naturais que têm afetado a vida humana, causando-lhe grande impacto, têm levado a um momento de reflexão das ações humanas sobre o meio ambiente, os recursos naturais e sua utilização. Já não basta preservar, conservar e manter a vida. Faz-se necessária a urgente transformação na maneira de ver e acolher a vida em si para que ela encontre um equilíbrio que promova uma convivência harmônica entre os seres humanos e todos os demais seres de vida e não vida no planeta. Espera-se poder contribuir de maneira a ampliar a visão humana e promover mudanças nos paradigmas estabelecidos entre homem e natureza.

Palavras-chave: meio ambiente. Homem. Ética. Cidadania.

Introdução

De acordo com Carvalho (2012, p. 23), “o sujeito ecológico constitui-se tanto num modelo de identificação para os indivíduos quanto num horizonte sócio-histórico de justiça ambiental para uma educação ambiental emancipatória.” Sendo assim, diante dos eventos naturais que têm ocorrido em todo o mundo, tais como: *tsunamis*, como a ocorrida na Indonésia em 2004, que atingiu 9,3 pontos na Escala Richter e matou um número estimado entre 225 a 230 mil pessoas (CALVAZARA, 2011, p. 1); tornados e furacões, como o furacão Katrina, ocorrido em Nova Orleans – Estados Unidos da América (EUA), em 29 de fevereiro de 2005, que ocasionou a evacuação de mais de um milhão de pessoas e provocou cerca de mil mortes (CAVALLARI; MANSUR, 2005, p. 1); entre outros, causando transtornos e provocado a morte de inúmeras vidas, é necessária e relevante uma nova postura diante das questões ambientais.

Este trabalho traz uma reflexão sobre a Educação Ambiental (EA) e sua contribuição para a formação de um pensar ecológico analítico e crítico sobre os problemas ambientais que afetam a humanidade, principalmente no que diz respeito à importância da formação ética e ecológica dos cidadãos e das mudanças nos padrões de consumo na sociedade atual. Tais mudanças serão possíveis por meio da conscientização do homem em suas diversas relações com o meio, com a sociedade e consigo mesmo. Essa conscientização necessita partir de cada indivíduo, naquilo que cada um pode ser capaz de fazer, na mudança de simples atitudes como apagar uma lâmpada, fechar uma torneira, reutilizar materiais, separar o lixo, entre outras.

Será necessária uma revolução, e que seja sem uso de armas, como um exercício diário e aceito em escala global (a adesão de todos, sem distinção de classes), assim como observa Guattari (2012, p. 8), ao mencionar que “o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta” e que “não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 2012, p. 9).

Segundo Tristão (2013, p. 847), a educação ambiental deve ser compreendida como filosofia de vida e não como uma disciplina obrigatória e, ainda, “como uma orientação para conhecer e compreender em sua complexidade a natureza e a realidade socioambiental” (TRISTÃO, 2013, p. 847). Essa discussão mostra que estamos vivendo em uma realidade que pede o ensino da EA para a formação de cidadãos mais comprometidos com o meio onde vivem e socializam-se. Os acontecimentos mundiais de caráter social, cultural e ambiental, as ações humanas, o avanço tecnológico e a globalização têm provocado mudanças visíveis na sociedade, na cultura e no meio ambiente, tornando urgente o ensino e a pesquisa em EA.

Nesse sentido, as discussões em torno da EA precisam pautar-se na apresentação da relação da produção de valores e de filosofias em espaços de convivência sócio-educativo-ambiental. Essa análise mostra que para entender a ideologia ambiental é preciso entender o indivíduo inserido em um determinado meio e a sua relação com esse meio: “a concepção de visão de mundo; a relação de si consigo mesmo; do ser poder e do ser saber – de modo inter-relacionado e simultâneo” (TRISTÃO, 2013, p. 249).

O presente trabalho traz, ainda, a definição e conceitos sobre o que vem a ser o sujeito ecológico comprometido com as questões e problemas ambientais e disposto a mudanças e posturas diante da necessidade urgente de preservar e conservar a vida em toda a sua plenitude. A natureza tem tanto direito de existência quanto o ser humano e,

com esse pensamento, as novas ações humanas devem buscar elucidar, de forma clara, meios que viabilizem uma vivência em harmonia com todos os seres do planeta.

Educação, ecologia e ética: um pensar sobre as questões ambientais e as relações humanas

Na análise de Carvalho (2012, p. 23), “o surgimento da questão ambiental como um problema que afeta o destino da humanidade tem mobilizado governos e sociedade civil” (CARVALHO, 2012, p. 23).

Atualmente, a sociedade vive um momento de grande atenção dirigida ao planeta e aos eventos naturais que têm trazido transtornos e riscos à vida humana, muitas vezes, com sua destruição. Sendo assim, torna-se urgente uma análise crítica da relação existente entre o homem e os ecossistemas do planeta na construção de meios possíveis para uma convivência em equilíbrio e com a conscientização de que apenas preservar e conservar a vida das diversas espécies já não é suficiente.

O assunto meio ambiente e o entendimento da sua complexidade levaram à formação de uma nova corrente de prática pedagógica: a Educação Ambiental. No Brasil, segundo Carvalho (2012), o caminho da EA iniciou-se como parte do “movimento ecológico.” A preocupação com o futuro da vida era resultado da preocupação com a qualidade de vida, da existência das vidas presentes no mundo e o que era esperado para as gerações que surgiriam (CARVALHO, 2012, p. 51). Hoje, essa preocupação ganhou dimensões maiores e tomou outros caminhos.

Ao discutir a EA, Reigota (2012, p. 18-19) observa que a

educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade e vice-versa haverá uma mudança na vida cotidiana que, se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos.

Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.

Em sua obra *O que é Educação Ambiental?*, o autor esclarece que essa mesma necessidade de reflexão sobre uma convivência harmoniosa entre todas as espécies no planeta é real, urgente e torna-se extremamente indispensável como parte da formação do sujeito que deverá se cercar de conhecimentos em relação à responsabilidade de suas ações, pois elas trazem consequências a todas as espécies de vida existentes na Terra.

Reigota (2012) analisa, em sua obra, que o comportamento de políticos e acadêmicos nas décadas de 1960 a 1980 constituía-se apenas por conceitos e ações que

visavam apenas à preservação das espécies. O autor explica que isso ocorreu pela percepção de que o desequilíbrio, o desgaste natural e a depredação da natureza eram entendidos como consequências do acúmulo de capital proveniente do modelo econômico capitalista nos países de primeiro mundo e não pelo crescimento populacional.

Na visão do referido autor, o problema, segundo os críticos da época, era o fato de o desenvolvimento de países industrializados ser maior e mais acelerado em detrimento aos países do grupo chamado de “terceiro mundo”, a concentração das riquezas ficava nas mãos de poucos. O número da população não era o problema maior, mas sim a falta de conhecimento para a utilização dos recursos naturais.

Para Reigota (2012), a EA seria uma ferramenta eficaz para que o assunto meio ambiente fosse entendido com mais profundidade, sendo assimiladas as reais necessidades de intervenções em favor da preservação e manutenção da vida. Por esse viés, pela educação, o indivíduo poderá se conscientizar dos seus direitos e deveres, estruturando-se, pois, como cidadão, contribuindo, desse modo, de forma ativa para uma sociedade igualitária e justa em vários aspectos possíveis.

De acordo com Brandão (1985), a educação atinge a todos de alguma forma. Ele diz:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985, p. 7)

Dessa maneira, a educação formal deve estar em constante busca para promover o desenvolvimento pleno das capacidades, habilidades e potencialidades dos indivíduos. Ainda nas observações de Brandão (1985), a educação tem como objetivo preparar os indivíduos para a formação de uma sociedade possível de desenvolver-se plenamente, na qual todos possam participar e exercer seus direitos e deveres de cidadãos.

Partindo do pressuposto dos valores que fundamentam a educação, é relevante adentrar na esfera do valor ética. Reigota (2012) faz uma abordagem explicativa sobre a EA, estabelecendo e embasando esse conhecimento dentro do amplo conceito de “cidadania ambiental”. Somente ciente dos seus direitos e deveres é que o cidadão tem a capacidade de analisar, avaliar, questionar e de se posicionar de forma crítica, sendo levado às ações que possam facultar a preservação, conservação e manutenção da vida no planeta. De nada valerá obter a EA como mais uma disciplina nos currículos escolares, como mais acúmulo de conteúdos que não sejam estudados como devem para contribuir

de maneira efetiva na formação do sujeito, com vias de torná-lo apto a tomada de atitudes que sejam voltadas para o bem comum. O autor reitera que:

A educação ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade e o meio natural e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades. A introdução da educação ambiental na escola supõe uma modificação fundamental na própria concepção de educação, provoca mesmo uma revolução pedagógica. (REIGOTA, 2012, p. 45)

Tanto educadores como educandos deparam-se com uma questão nova e urgente por posturas e condutas que possam fazer com que a prática do dia a dia seja estabelecida como condição de vida e não apenas dentro das instituições educacionais. Constituindo-se como parte integrante na vida do indivíduo, a prática docente da EA requer preparo dos educadores que irão lidar com a formação desse indivíduo como um “sujeito ecológico”. Carvalho (2012) esclarece que:

Enquanto ação educativa, A EA tem sido importante mediadora entre a esfera educacional e o campo ambiental, dialogando com novos problemas gerados pela crise ecológica e produzindo reflexões, concepções, métodos e experiências que visam construir novas bases de conhecimentos e valores ecológicos nesta e nas futuras gerações. (CARVALHO, 2012, p. 25)

Ao analisarmos a sociedade atual em relação aos problemas ambientais surgidos a cada dia, na perspectiva de Carvalho (2012), pode-se perceber que é por meio da EA que o cidadão ecológico terá sua participação como membro integrante e importante na construção de uma nova postura diante do assunto meio ambiente. Para Carvalho (2012), não basta que a EA seja encontrada como mais um instrumento para fomentar as ações sobre as questões ambientais. Faz-se necessário “ultrapassar a fronteira entre a educação formal e a não formal” (REIGOTA, 2012, p. 159). É por meio de práticas sociais que o sujeito terá condições de formar e desenvolver sua consciência crítica em relação aos problemas socioambientais nas suas múltiplas dimensões, tendo assim meios de contribuir de forma efetiva para transformações urgentes nos atuais padrões de utilização dos recursos naturais. A busca pela modificação desses padrões já estabelecidos são resultados da intervenção da EA na visão de uma cidadania ecológica.

Battestin (2008) alerta para a importância de tratar esse assunto associado a noção de ética, pois o entendimento ético da questão da EA conduzirá o sujeito a questionamentos importantes, levando-o a ser parte integrante e ativa nesse novo processo. A autora questiona: “considero de extrema importância a abordagem ética no campo teórico ambiental, porém indago o seguinte problema: a formação para uma Educação Ambiental do nosso tempo está fundamentada em princípios éticos?” (BATTESTIN, 2008, p. 14).

De acordo com Carvalho (2012, p. 153), “a EA tem uma proposta ética de longo alcance que pretende reposicionar o ser humano no mundo, convocando-o a reconhecer a alteridade da natureza e a integridade e o direito à existência não utilitária do ambiente”. Sendo a ética premissa da educação e da cidadania, ressalta-se a importância de mencionar o conceito sobre ética para a prática docente da EA.

Segundo o filósofo Boff (2003, s/p.) “ética é um conjunto de valores e princípios, de inspirações e indicações que valem para todos, pois estão ancorados na nossa própria humanidade”. Em uma palestra proferida e registrada em meios eletrônicos, o autor esclarece que a definição desse comportamento ético na questão da EA é notória quando há a necessidade de colocar o sujeito em tomadas de ações práticas em favor da vida. Boff (2003, s/p.) argumenta, ainda, que a ética traz três princípios básicos voltados à prática da EA:

O primeiro princípio, do agir humano é chamado de regra de ouro: “não faças ao outro o que não queres que te façam a ti”. É o princípio do amor universal e incondicional. O segundo princípio da humanidade essencial é o cuidado. Toda vida necessita de cuidados. A ética de cuidado é fundamental ao planeta: se não cuidarmos ele poderá sofrer um colapso e destruir as condições que permitam o projeto planetário humano. O terceiro princípio reside na solidariedade universal. Se na sociedade não respeitamos as normas coletivas em solidariedade para com todos, a vida seria impossível. A solidariedade se manifesta como compaixão, que quer dizer ter a mesma paixão que o outro, alegrar-se e sofrer com o outro, juntos, em interação. (BOFF, 2013, s/p.)

Dessa maneira, a formação de sujeitos críticos em relação à EA vai se delineando de acordo com as necessidades de perpetuar e garantir a vida de todas as espécies do planeta. Para que isso ocorra, é imprescindível um olhar crítico na formação cultural desse novo processo. Um olhar que, segundo Layrargues (2012, p. 402), deve ser “o da criação da ‘consciência ecológica’ nas pessoas, seja por meio do encantamento com a natureza, seja por meio das mudanças de comportamentos individuais diante do consumo e da geração de resíduos”. O amor universal, o cuidado, o respeito e a solidariedade entre os seres são conceitos (princípios) que devem ser trabalhados como fundamentos da educação formal dentro da escola para serem levados para a vida diária do indivíduo, transformando-o em um cidadão ético e com formação ecológica. É o que retrata Boff (2003):

Tais princípios e inspirações formam a ética. Sempre que surge o outro diante de mim, aí surge o imperativo ético de tratá-lo humanamente. Sem tais valores a vida se torna impossível. Hoje devemos construir juntos a Casa Comum para que nela todos possam caber inclusive a natureza. Faz-se mister uma ética comum, um consenso mínimo no qual todos se possam encontrar. E ao mesmo tempo, respeitar as maneiras diferentes como os povos organizam a ética, dando origem às várias morais, vale dizer, os vários modos de organizar a família, de cuidar das pessoas e da natureza, de estabelecer os laços de solidariedade entre todos, os estilos de manifestar o perdão. (BOFF, 2003, s/p.)

Ainda segundo Layrargues (2012), a EA está em crise de identidade nesse momento. Por ainda não reconhecer o seu lugar dentro do contexto político-pedagógico, a EA apresenta-se como proposta civilizatória, destacando-se em três macro-tendências: a Conservacionista, que se fundamenta nos princípios científicos e filosóficos da ecologia profunda e na eco-espiritualidade; a Pragmática, que se caracteriza por apoiar-se nas tecnologias limpas, na ecoeficiência empresarial, nos sistemas de gestão ambiental, entre outros; e a Crítica, por apresentar as correntes da EA Popular, Emancipatória, Transformadora e o Processo de Gestão Ambiental. Essas macro-tendências da EA podem indicar a trajetória a ser seguida com o objetivo de criar as bases para um novo projeto civilizatório que a EA tem exigido no atual momento.

Na sociedade contemporânea, o olhar sobre o meio ambiente não pode ser dirigido apenas ao lado do ser humano. Deve-se levar em conta que ele é parte dessa natureza e não detentor da vida de outras espécies, uma vez que “na natureza uma coisa depende da outra, nenhum ser vive sozinho, são necessárias relações específicas para a sobrevivência de toda estrutura planetária” (QUADROS, 2007, p. 10).

Nesse sentido, a complexidade de vidas na Terra e as atuais condições destas, requer uma mudança nos padrões sociais já estabelecidos. Para que a vida se perpetue de maneira igualitária, uma espécie não pode ser extinta em detrimento à outra, assim como define Carvalho (2012). A autora observa, ainda, que “nesse ponto de vista, a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e cooperação, formando um único mundo” (CARVALHO, 2012, p. 36).

Nesse sentido, a EA necessita ser pautada sob uma concepção político-pedagógica. Reigota (2012, p. 53-61) pontua os seis objetivos apresentados na Carta de Belgrado considerando-os como imprescindíveis para o trabalho político-pedagógico da EA:

- Conscientização: levar ao conhecimento de todos os problemas planetários que uma vez “criados” causam danos a todos no mundo e não somente à população que se encontra no local onde foi desencadeado o problema;
- Conhecimento: facultar o acesso ao conhecimento essencial do meio ambiente em que se vive e o meio ambiente global, para que o indivíduo possa ter uma visão ampla dos problemas que acometem a natureza do mundo;
- Comportamento: levar aos indivíduos, por meio do conhecimento, à necessidade de aquisição de valores sociais e de interesses pelo meio ambiente como via de contribuir para modificar as situações problematizadas;
- Competência: nem todos os cidadãos estão preparados no campo da competência para lidar com certos problemas ambientais, porém, uma vez direcionados a uma

análise crítica, poderão contribuir dentro de casa com ações corriqueiras que amenizem os efeitos dos estragos ao meio ambiente como, por exemplo, o excesso de consumo que tem como consequência a grande produção de resíduos;

- Capacidade de avaliação: uma vez proporcionada a formação da consciência de cidadania, o indivíduo poderá estar apto a avaliar de forma crítica os programas relacionados ao meio ambiente e seus reais objetivos;
- Participação: o cidadão deve ser estimulado a participar de ações ambientais para a solução de problemas que visem ao bem de todos.

É relevante ressaltar que a compreensão dos problemas ambientais deve ser levada ao pensamento crítico do cidadão ecológico para que ele possa discernir entre “o agir e o comportar”. Carvalho *apud* Arendt (2012, p. 189) mostra que “é a ideia de ação que caracteriza a condição humana”. Esse conceito de ação deve ser compreendido como ação política. Desse modo, a EA já se encontra inserida na vida cotidiana do cidadão sendo possível, portanto, praticá-la em diversos lugares, sejam eles espaços sociais, culturais, políticos e educacionais.

O sujeito da ação política é aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo. A capacidade de ação política é a expressão mais acabada da condição humana. Os seres humanos definem-se por esse conviver entre seus pares, influenciando no destino de mundo que têm em comum. A capacidade de agir em meio à diversidade de ideias e posições deve ser a base da convivência democrática, da participação, da liberdade e da possibilidade de fazer história e criar novas formas de ser e conviver, assim como observa Carvalho *apud* Arendt (2012, p. 189).

Considerações finais

A EA ainda necessita trilhar um longo caminho para atingir seus objetivos principais: o de conscientizar cada cidadão do dever que ele tem para com o meio ambiente e todas as espécies com vida e sem vida presentes no planeta.

Assim, observou-se, na elaboração deste trabalho, que muitas mudanças deverão ser feitas a partir de ações diárias no cotidiano de cada brasileiro, principalmente no que tange à mudança de atitudes, comportamentos, valores e, ainda, à prática do respeito, da honestidade e da solidariedade de cidadão para cidadão, em todos os cantos do planeta.

As políticas públicas que viabilizam as ações político-pedagógicas da EA precisam ser efetivadas sem as burocracias vigentes e que regem municípios e estados, a fim de

tornarem mais acessíveis projetos que permitam a informação e a formação do indivíduo, o que lhe permite atuar como um cidadão ciente das suas responsabilidades para com a vida em todas as suas formas.

Em razão disso, a EA precisa ser vista e trabalhada como uma perspectiva pedagógica e política capaz de levar os cidadãos a um estilo de vida pautado na busca de soluções, em conjunto, para resolver e/ou amenizar os problemas sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais que assolam a sociedade planetária.

Desse modo, percebe-se que a EA mesmo estando, ainda, na busca de sua identidade e de seu papel na sociedade, apresenta-se como uma área de suma importância para nortear as ações humanas em prol de uma vivência em harmonia entre todas as espécies de vida e as de não vida no planeta.

Sugere-se que os educadores possam, nas escolas do país, conciliarem a EA com as práticas e metodologias de suas disciplinas, dentro e fora da escola, trabalhando a fim de possibilitar ainda mais o entendimento e a construção de um pensar ecológico e ético dos cidadãos em formação, tornando-a mais eficaz e abrangente. Alunos e professores precisam estar motivados às práticas de EA não apenas no ambiente interno das escolas, mas para fora de seus muros e cercas, ou seja, em casa, no trabalho, no convívio social, como prática cotidiana que viabilize as transformações necessárias a uma convivência diária voltada ao processo de uma aprendizagem pautada na ética e na sensibilidade pela vida.

Educadores e gestores de instituições educacionais deverão incentivar seus educandos a uma postura mais analítica e crítica quanto às atitudes de cada um em relação ao assunto meio ambiente e convívio social. Nesse contexto, torna-se importante o envolvimento da sociedade e a conscientização de todos em relação ao consumo exagerado e à crescente produção de lixo e resíduos; ao conhecimento das novas expressões e palavras como coleta seletiva do lixo, resíduos sólidos, compensação ambiental, biodiversidade, sustentabilidade, entre outras; à utilização de novas práticas como reaproveitamento, reciclagem, reutilização da água e economia de energia, entre outras, diariamente.

Entende-se que com essas conexões poderá ser mais fácil a elaboração de novos pensamentos, conceitos e atitudes necessários para que se instaure uma prática comum voltada ao processo de uma aprendizagem significativa pautada no respeito mútuo, na ética e na sensibilidade pela vida.

É um momento novo para todos e requer, pois, seriedade e empenho para que a EA e as relações homem/meio ambiente sejam compreendidas em sua complexidade e

vivenciadas em sua amplitude. A vida pede urgência para ser mantida com integridade e isso dependerá da mudança de atitudes, comportamentos, padrões e valores de cada cidadão do mundo. É tempo de agir e o esforço deve partir de cada indivíduo. Os benefícios serão para todos.

The environmental education under the context of the ethics and the education of the ecological citizen

Abstract: This paper has as main discussion the Environmental Education (EE). It is an analytical and critical text based on Carvalho's (2012), Layrargues' (2012) and Reigota's (2012) works. The general goal is to inform everybody on the importance of the EE to the education of the ecological citizenship about the current need of a conscious intervention and changes of postures, attitudes and values related to the environment; and also, it raises the discussion concerning the EE as an important tool and required for the ethical formation and the ecological citizen education. The recent natural events that have affected the human life, causing them great impact, have led to a moment of thinking about the human actions on the environment, the natural resources and its use. Preserve, conserve and keep life are no longer enough. It is necessary an urgent transformation in the way to see and shelter life itself in order to find a balance, which will promote a harmonious coexistence among the human beings and all other living beings and not living on the planet. It is expected to contribute in a way to expand the human perspective and promote changes on the established paradigms between man and nature.

Keywords: environment; man, ethics; citizenship.

Referências

BATESTIN, Claudia. **Ética e educação ambiental:** considerações filosóficas. Universidade Federal de Santa Maria. Monografia de Especialização. Centro de Ciências Rurais - Programa de Pós-graduação de Especialização em Educação Ambiental. Santa Maria, RS. 2008. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/ClaudiaBattestin.pdf>>. Captura em: 15/07/2014.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral.** 2003. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/2003/jul04.htm>>. Acesso em: 18/07/2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CALVAZARA, Bruno. Os dez desastres naturais mais mortais da história. **Hype Science**, 2011. Disponível em: <<http://hypescience.com/os-10-desastres-naturais-mais-mortais-da-historia>>. Acesso em: 01/08/2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CAVALLARI, Marcelo Musa; MANSUR, Alexandre. Tragédia de terceiro mundo nos EUA. **Época**, 2005. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR71581-6013,00.html>>. Acesso em: 01/08/2014.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Revisão da tradução Suely Rolnik. 21 ed., Campinas, SP: Papirus, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político – ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra – hegemônica. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Rev. Contemporânea de Educação**, nº 14. Ago/Dez. 2012. pp 398-421.

QUADROS, Alessandra. **Gestão Ambiental: iniciativas populares e cidadania**. Monografia de especialização em educação ambiental. Universidade Federal de Santa Maria. Curso de especialização em Educação Ambiental. Santa Maria. 2007. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/alessandra.pdf>>. Captura em: 15/07/2014.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

TRISTÃO, Martha. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd., v. 18, n. 55, out-dez. 2013. pp 846-860.

SOBRE OS AUTORES

ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA – Graduado em Turismo pela Faculdade de Caldas Novas, mestrando em Recursos Naturais do Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás. É secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Quente – Goiás.

MIRZA SEABRA TOSCHI – Graduada em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero/SP, graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia de Passos/MG (1988), mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1993) e doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba/SP (1999). É docente de ensino superior da Universidade Estadual de Goiás, onde coordenou o Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

Recebido para avaliação em Outubro de 2014

Aceito para publicação em Dezembro de 2014